

A CIDADE E O COMÉRCIO AMBULANTE: o caso de Fortaleza em evidência*

Eustógio Wanderley Correia Dantas

RESUMO

Utilizando a cidade de Fortaleza/Ceará/Brasil como estudo de caso, o presente trabalho vai refletir sobre o processo de ocupação do Centro das cidades dos países subdesenvolvidos pelo comércio ambulante.

Tomando como base o tratamento de aspectos relativos à análise da cidade, do urbano e da relação Estado-espaço como perspectivas que – acrescidas aos aspectos econômicos, políticos, culturais e ideológicos – propiciarão uma compreensão mais aprofundada da problemática. Desta forma, o comércio ambulante será considerado como resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado do capital e como tal, terá um papel importante

na realização da mercadoria. Esta atividade também será considerada como uma atividade inerente ao processo de constituição da cidade e do urbano e, portanto, representante do processo de transformação da cidade, particularmente o Centro, em “locus” de consumo privilegiado das classes de menor poder aquisitivo da sociedade local. Por último vai constituir um tipo de uso que vai se basear na apropriação privada do espaço público, apropriação que é resultado e determinante da intervenção do Estado no espaço e da capacidade do comércio ambulante resistir a esta prática, cujo objetivo é o de impor uma racionalidade, a do idêntico e do repetitivo, através do controle e da fiscalização de todos os espaços.

I

Há o registro da presença do comércio ambulante nas cidades desde os seus primórdios, fazendo parte e construindo o drama das cidades com suas cores, cheiros, sons, fluxos e formas características. Por sua história estar relacionada, também, à vida das cidades encontram-se em trabalhos e relatos desenvolvidos por cientistas, pintores e literatas, menções a este tipo de atividade que se desenrola nas ruas, calçadas e praças de todas as cidades do mundo.

BRAUDEL, recorrendo aos desenhos de CARRACHE e de GIUSEPPE BARBERI, constata a presença desta atividade em Roma.¹ Para o autor, tais pregões, que também ocorriam em outras cidades da Europa – como Londres e Paris –, encontram-se nas gravuras do tempo e da literatura, explicitando a importância e presença do comércio ambulante, a

percorrer todas as ruas da cidade e do campo, impondo e apresentando uma imagem de cidade diferente daquela idealizada pelo Estado e ansiada pela elite, pois afirmam ser o comércio ambulante responsável pelo enfeio da cidade, além de colocar problemas relativos à saúde pública e dificultar a circulação no espaço público. Tal perspectiva leva à sua consideração deste tipo de comércio – que se desenvolve nos séculos XV-XVIII –, enquanto estorvo do desenvolvimento social e econômico e fadado ao fim.

(*) Trabalho baseado nos resultados da Dissertação de Mestrado: DANTAS, Eustógio W. C. *Comércio Ambulante no Centro da Cidade de Fortaleza/Ce(1975 a 1995)*, São Paulo, Dissertação de Mestrado em Geografia, USP/FFLCH, 1995.

(1) para BRAUDEL, estes comerciantes vendiam: “figos e melões, hervas, laranjas, bretzels, bolachas, cebolas, pães, fatos velhos, rolos de pano e sacos de carvão, caças, rãs...” (Braudel, 1985).

BRAUDEL questiona veementemente esta tese ao constatar que, caso tais considerações fossem verdadeiras o comércio ambulante teria desaparecido na Inglaterra no século XVIII e em França no século XIX. BENJAMIN também envereda no mesmo caminho ao dissertar sobre a presença do comércio ambulante em Moscou e Nápoles do século XIX, apresentando sua diversidade e beleza que dão uma singularidade e riqueza impressionante a estas cidades.

No Brasil não é diferente, trabalhos de pintores e de literatas contêm informações sobre a presença do comércio ambulante na cidade. DEBRET, em meados do século XIX, registrou em seus quadros a venda de comestíveis feita pelos escravos, que se deslocavam de porta em porta das casas do Rio de Janeiro.² AZEVEDO, em trecho do romance *O Cortiço*, faz uma descrição belíssima de ocupação promovida nas ruas do Rio de Janeiro por volta de 1890.

"(...) um vai e vem de mercadores. Apareceram os tabuleiros de carne fresca e outros de tripas e fátos de boi. Vieram os ruidosos mascates com suas latas de quinquilharia, caixas de candeeiros... seu fornecimento de caçarolas e chocateiras de folhas de flandres. Cada vendedor tinha seu modo especial de apregoar (suas mercadorias)" (Azevedo, 1973).

Fortaleza não é exceção, na literatura temos exemplos deste tipo de uso. Nas crônicas de NOGUEIRA existe um relato da existência de ambulantes como as Negras de Tabuleiro da Feira Velha³ e de um comerciante ambulante que se postava na rua do Rosário – caminho obrigatório da Feira Nova (na praça do Ferreira) à Feira Velha –, com “uma casinha de madeira sobre rodas, na qual vendia toda sorte de quinquilharias, e pelos santos de fogueira, sortes, jogos e caixas de traques” (Nogueira, 1980). CAMINHA, em trecho do romance *A Normalista*, também disserta sobre a presença desta atividade nas ruas de Fortaleza em torno de 1870.

"Lá fora recomeçava a labuta cotidiana, a creada puxava água de cacimba, o cargueiro d'água potável enchia os potes, ce-gos cantavam na rua (...), pedindo esmola numa voz chorada, ven-

dedores ambulantes ofereciam cajus... havia um ruído de cidade grande que desperta" (Caminha, 1973).

A presença do comércio ambulante na cidade dá margem à construção de um arcabouço teórico-metodológico, definidor e caracterizador desta atividade enquanto resquício de atividades exercidas no passado, mas sua permanência e intensificação impõe um repensar. Neste termos enveredar-se-á neste estudo de caso, buscando contextualizá-lo em função de suas especificidades e determinações.

No Brasil e demais países subdesenvolvidos, a constatação da existência do comércio ambulante na cidade levou ao desdobramento da máxima que admitia estar o comércio ambulante, com o desenvolvimento do capitalismo em toda sua plenitude, fadado ao fim. SANTOS (1979) a apresenta e identifica enquanto teoria do dualismo estrutural ou tecnológico nos países subdesenvolvidos e que atribuía a permanência de atividades como o comércio ambulante, somente enquanto resquício de atividades e formas herdadas do passado e, portanto, com o desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos, consubstanciar-se-ia a suplantação deste terciário arcaico pelo terciário moderno.

A intensificação do comércio ambulante nos países subdesenvolvidos apontou a incoerência da

(2) nas ruas do Rio de Janeiro, além de venderem aves, leite, frutas, carne defumada, pão-de-ló, lingüiça, sonhos, café torrado, refrescos, cadeiras e cestos, ainda prestavam serviços de barbeador e carregador.

(3) Famosa feira situada no antigo Largo da Carolina e para onde afluíam grande número de pessoas. Hoje, em seu lugar encontra-se a praça Valdemar Falcão e os edifícios do Palácio do Comércio, dos Correios e do Banco do Brasil que ocuparam o restante do largo. As negras de tabuleiro encontravam-se na Feira Velha, após terem sido remanejadas de dentro do mercado público, devido a solicitação encaminhada pelos “inquilinos de dentro do mercado” (comerciantes estabelecidos) à Câmara Municipal em 20 de Junho de 1848, afirmando estarem sendo prejudicados pela concorrência com esse tipo de “comércio ilegal”.

teoria do dualismo estrutural ou tecnológico, fato que culminou na elaboração de teses baseadas na dicotomia da economia dos países subdesenvolvidos e na lei do desenvolvimento desigual e combinado do capital.⁴

Quanto à perspectiva baseada na dicotomia da economia dos países subdesenvolvidos, destaca-se o trabalho de SOTO, quando analisa a realidade peruana através da dicotomia setor formal e informal. Para o autor, “no caso do comércio ambulante, as pessoas começaram a invadir a rua pública (...) para nela dispor e realizar operações comerciais sem ter licença, nota fiscal, nem pagar impostos, ainda que em alguns casos tenham sido favorecidas por algum regime de exceção legal que (...) proporciona a tolerância municipal” (Soto, 1987).

Já a perspectiva baseada na lei do desenvolvimento desigual e combinado do capital, consiste numa ruptura em relação às perspectivas anteriores ao colocar em evidência as características do processo de modernização dos países subdesenvolvidos. SOUZA é um desses teóricos que vai atribuir a existência do comércio ambulante, enquanto atividade (re)criada pelo capital. Para o autor, “a história do capitalismo revela que ora o capital recria, ora estimula a reprodução de trabalhos não assalariados como recurso para sua ampliação. O seu objetivo principal é a produção de mercadorias e não, necessariamente a reprodução do trabalho assalariado, embora seja esta a sua relação de trabalho ideal” (Souza, 1984). Tais considerações invalidam tentativas de consideração do comércio ambulante como sobrevivência do mercador medieval e de visões niilistas que consideram o comércio ambulante fadada ao fim.

À tentativa de comparação entre o comércio ambulante e o mercador medieval,⁵ convém frisar que o desenvolvimento da atividade dos mercadores da sociedade medieval, embora exercendo uma venda marcadamente ambulante na época, significou um “alargamento pioneiro, conquista de um mercado” (Braudel, 1985). Pode-se afirmar que em

seu cerne estava posto o germen do devir da história da humanidade, consubstanciado um processo que culminaria na transformação da sociedade feudal e sua estrutura. Por conseguinte, tratava-se de um ator importante nesse período de revolução, ao viabilizar a conquista de mercados.

Para BRAUDEL, a venda ambulante hodierna anda a reboque, pois

“os ambulantes ou bufarinheiros, são mercadores, geralmente miseráveis, que ‘transportam ao pescoço’ ou simplesmente às costas, mercadorias modestíssimas. No entanto não deixam de

(4) No sentido de apreender estas nuances tomar-se-ão como base os trabalhos de SOUZA (1984), BARROS (1987) e COSTA (1989), que analisam o comércio ambulante nas cidades de Recife (PE), Campina Grande (PB) e São Paulo (SP), respectivamente. Tais trabalhos, longe de serem utilizadas somente como expressão local dessa atividade, vão servir como base para discussão dessa problemática a partir do contraponto levantado pelas proposições de SANTOS (1979), bem como pelas especificidades do comércio ambulante no Centro de Fortaleza. Este contraponto poderá levar ao entendimento do processo de constituição do comércio ambulante no Centro e transpor os limites de um estudo de caso, servindo também, para a reflexão em torno da realidade vivenciada em outras cidades.

(5) COSTA (1989) é um dos que incorre no equívoco apontado, ao fazer uma analogia entre o comércio ambulante hodierno (a quem denomina de mercador ambulante de hoje) e os mercadores da Idade Média, sem apreender suas diferenças. Tal comparação é feita por acreditar ser tanto o vendedor ambulante, quanto os mercadores medievais, estigmatizados de adjetivos como corrupto, ladrão e contrabandista e, embora funcione como uma “válvula de escape” ao desemprego, ainda conserva a imagem de ilegalidade e da apropriação de algo alheio, além da característica de deslocar-se à procura de locais onde a concentração de possíveis compradores possa levar à obtenção de ganhos. Mais interessante e coerente teria sido fazer esta analogia baseando-se, no caso do Brasil, na figura do Mascate e dos Escravos. Os Mascates eram os responsáveis pelo fornecimento de tecidos, linhas, lenços, etc. a fazendas no interior brasileiro e os Escravos eram os responsáveis pela maior parte do comércio de comestíveis na cidade.

constituir relativamente às trocas uma massa de manobra apreciável. Preenchem nas próprias cidade, e mais ainda nas vilas e nas aldeias, os vazios das redes vulgares de abastecimento” (Braudel, 1985 p. 60).

Para o autor aí reside a diferença entre a venda ambulante e a atividade dos mercadores da Idade Média. A segunda é pioneira, a primeira sobrevive graças à existência destes vazios nas redes de abastecimento.

A perspectiva niilista é superada quando através da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capital trata-se do processo de modernização ocorrido nos países subdesenvolvidos, processo que por ser poupador de mão-de-obra gera, por um lado, o desemprego, e por outro lado, o subemprego. A esta constatação, notadamente de caráter econômico, acrescenta-se a preocupação de SANTOS em construir uma teoria espacial capaz de entender a economia urbana dos países subdesenvolvidos. Para o autor a reprodução de atividades como a do comércio ambulante dá-se graças à consolidação de condições espaciais propícias para sua reprodução. BARROS é quem vai tratar o comércio ambulante através desta análise espacial, constatando que tal atividade resulta da estruturação da rede urbana nacional, que direciona os fluxos migratórios às cidades. Este contingente, devido às características do processo de modernização, vai ocupar-se de atividades como a do pequeno comércio, daí acrescentar-se em seu trabalho a consideração da dimensão cultural, enquanto valor trazido e retransformado na cidade, pois acredita ocorrer no processo migratório das populações trabalhadoras a condução de formas “(...) de reprodução que se devem retransformar em novo contexto espacial” (Barros, 1987).

Rompendo as considerações baseadas nos dois circuitos da economia – circuito inferior e circuito superior da economia –, SANTOS passa a considerar a cidade a partir da teoria da flexibilidade tropical, superando-se e superando BARROS. Propõe a consideração da cidade enquanto entidade composta por

temporalidades diferenciadas e, portanto, local onde se dá a materialização das novas formas e a continuidade das velhas formas da economia. Para o autor, isto se explica devido às cidades dos países subdesenvolvidos serem, “(...) por um lado, rígidas na sua vocação internacional e por outro (...) dotadas de flexibilidade, graças a um meio ambiente construído que permite a atuação de todos os tipos de capital e, desse modo, admite a presença de todos os tipos de trabalho” (Santos, 1991).

Ainda quanto ao tratamento da cidade enquanto temporalidade diferenciada, mas a partir da sua consideração como texto não-verbal apropriado pelo usuário, COSTA vai esboçar o conceito de “espaço bolha”, que se materializa através de determinados eventos que ocorrem na cidade e caracteriza-se por ser um espaço que é criado momentaneamente e “onde se instalam formas específicas de comércio ambulante (...) apoiado em equipamentos não projetados de produção artesanal ou semi-industrializada, fornecedor de objetos, comidas e bebidas que determinam um novo espaço e um novo uso, expresso em linguagem característica e organizado segundo regras próprias” (Costa, 1989).

O direcionamento da discussão à necessidade de reflexão sobre a cidade no período atual, como forma de compreender o estabelecimento e persistência do comércio ambulante na cidade – seja via flexibilidade tropical, seja via compreensão da cidade como texto não-verbal – é imprescindível. Entretanto, embora consigam explicar porque dadas atividades conseguem se reproduzir em dados lugares, não vão apreender as transformações pelas quais passaram.

A compreensão destas transformações dar-se-á através da consideração da história do espaço, como condição para compreensão da realidade, pois “... toda realidade dada no espaço se expõe e se explica por uma gênese no tempo” (Lefebvre, 1986). Nestes termos, enveredar-se-á numa análise do processo de constituição da cidade moderna, a qual resulta de uma tendência posta à transformação do lúdico, do local do encontro e da festa em “locus”

de consumo, dado que vai levar à redefinição da centralidade no tempo com a transformação do Centro das cidades brasileiras em "locus" privilegiado de consumo, principalmente das classes de menor poder aquisitivo da sociedade brasileira.

Esse processo vai denotar uma nova articulação entre as diversas partes da cidade e o Centro, que perde sua hegemonia em relação às "áreas nobres" e tem seu uso redefinido a partir da inserção de "novos usuários", que geram um conflito inter e intra usos. Estes conflitos serão os determinadores da intervenção do Estado, visando estender a todos os espaços, controle e fiscalização, ao adotar sua racionalidade, a do idêntico e do repetitivo. Com isto, ele não vai tentar resolver os problemas existentes, mas estabelecer e consolidar o espaço da circulação através da lógica formalista e funcionalista de intervenção no espaço.

Segundo essa lógica acena-se para o comércio ambulante com a legalização e fixação de sua atividade. São feitos cadastramentos e destinados pontos próprios para o exercício do comércio ambulante na maior parte das cidades brasileiras, fato que leva à incorporação de parte substancial dos comerciantes ambulantes a uma política de fixação.

Embora o comércio ambulante de outrora lembre os equipamentos e características de parcela do comércio ambulante hodierno e representem também, um tipo de uso específico presente na cidade e cuja materialização dá-se na paisagem urbana, aproveitando e gerando formas e fluxos de consumidores capazes de dar margem a conflitos em relação a outros tipos de uso (a concorrência com dados comerciantes estabelecidos, que leva o poder público a intervir, buscando remanejá-lo), não se pode enveredar num estudo meramente analógico, pois a citada atividade passa por modificações quantitativas, com o aumento do número de pessoas envolvidas e da área ocupada no Centro da Cidade. Modificações quantitativas geradoras e inter-relacionadas a modificações qualitativas que levam à alteração do atributo de mobilidade do comércio ambulante, bem como, no conseqüente

caráter ambíguo que este mo(vi)mento adquire, por poder, em dados momentos e contextos, embora móvel, fixar-se e, embora fixo, movimentar-se pelo Centro. Tudo como resultado dos embates que se dão inter e intra usos e da resultante perspectiva de intervenção racionalizadora do Estado.

Resultado do processo de normatização do espaço público o que a fixação do comércio ambulante representa? O fim do comércio ambulante ou uma estratégia de resistência visando sua reprodução? A perda de mobilidade com a fixação de parte substancial do comércio ambulante pode servir de argumentação poderosa para anunciar o seu fim, ao significar a incorporação do ideal de dados comerciantes ambulantes em tornarem-se pequenos comerciantes. No entanto, existem outros que aceitam a fixação, mas circunstancialmente e com frequência deslocam parte de seus produtos para comercializar em melhores locais, adotando uma posição de aceitação da ordem estabelecida como estratégia capaz de garantir este deslocamento.⁶

O entendimento do processo de reprodução da atividade do comércio ambulante como resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado do capital indica tão somente a incorporação desta atividade e daquelas não tipicamente capitalistas ao processo de acumulação do capital, cabendo ao comércio ambulante papel importante na realização da mercadoria.⁷ Para o entendimento de suas razões e determinações urge acrescentar ou-

(6) Seria o que CHAUÍ denomina de conformismo e resistência, por ser mais interessante considerá-lo ambíguo "(...) capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação" (CHAUÍ, 1989). Ambigüidade, nestes termos, que não seria carente de um sentido rigoroso, mas constituída de dimensões simultâneas.

(7) Tal papel explica-se pela criação de uma demanda solvável, graças a inserção, através do comércio ambulante, de grande parcela da classe de menor poder aquisitivo e do próprio ambulante à sociedade de consumo.

tros níveis de análise: da cidade e do urbano/da articulação Estado-espço, como condição para apreensão do processo de reprodução do comércio ambulante.

O primeiro nível dá conta dos motivos determinantes da reprodução do comércio ambulante em uma parcela específica da cidade. Trata-se do entendimento do processo de constituição da cidade levando em consideração o urbano, como uma das condições para o desenvolvimento desta atividade. Urbano, enquanto modo de vida, que vai redefinir as características da cidade através da (re)definição da centralidade no tempo. Esta redefinição mostra-se importantíssima na compreensão da tendência posta à transformação do Centro em "locus" privilegiado de consumo, dado que vai delinear as condições espaciais propícias para o desenvolvimento desta atividade, ou seja, o fortalecimento do Centro enquanto "locus" de consumo prioritário das classes de menor poder aquisitivo da sociedade, refletindo a perda de hegemonia do Centro em relação a outros bairros, notadamente os bairros considerados nobres. Esta perda de hegemonia é representada pela redefinição dos tipos de uso existentes no Centro, com a inclusão de um fluxo acentuado de pessoas advindas da periferia, por não encontrarem nessas áreas as benéficas existentes na área central e por ser o lugar onde concentram-se os terminais de ônibus. A reprodução do comércio ambulante no Centro, também, relaciona-se a esta redefinição: a da transformação do Centro em "locus" privilegiado de consumo, e, por vezes, do encontro e da festa destas pessoas, representando a ampliação das relações mediadas pela mercadoria que levam à diminuição das relações comunitárias diretas no Centro e o empobrecimento material dos atuais usuários desta área, pois constitui-se numa atividade prioritariamente voltada para este segmento.

O segundo nível dá conta da definição, delimitação do tipo de uso representado pelo comércio ambulante. Uso pautado na apropriação privada do espaço público com fins à comercialização, dado que

vai gerar uma série de conflitos inter e intra usos que levam o Estado a intervir, visando impor sua racionalidade através da normatização do uso do espaço público, com a implementação de políticas de urbanização, que contemplam, direta e indiretamente, a tentativa de regulamentação e fixação da atividade do comércio ambulante na área central.

II

Todo esse movimento, que vai ter como cerne o urbano enquanto modo de vida, está inserido no processo de definição e redefinição da centralidade no tempo, a qual vai ter como substrato o processo de explosão-implosão da cidade. Explosão-implosão, que no caso de Fortaleza vai implicar na hierarquização entre os vários bairros da cidade, dando-se a especialização funcional do Centro, através de sua transformação em área predominantemente comercial, locus privilegiado de consumo e, em dadas circunstâncias, do encontro das classes de menor poder aquisitivo da sociedade fortalezense.

O entendimento de tal problemática perpassaria pela compreensão da utilização do espaço enquanto instrumento privilegiado das ações do Estado, que denota sua homogeneização, por ser "(...) erguido do mundo da mercadoria onde tudo é equivalente, e erguido também do estatal onde tudo é controlado" (Lefebvre, 1978) e, sua quebra, representada na fragmentação e pulverização do espaço pelos interesses dos usuários, comerciantes e especuladores imobiliários, dentre outros.

É neste espaço homogêneo-quebrado, que LEFEBVRE aponta a tendência do Estado sobrepor-se ao caráter caótico do espaço produzido pelos interesses privados, "(...) segundo uma racionalidade do idêntico, do repetitivo que permite introduzir nos cantos os mais remotos, a presença estatal, controle e fiscalização" (Lefebvre, 1978). Os projetos de urbanização adotados explicitariam esta razão ordenadora do Estado na tentativa de norma-

tização do espaço, conforme um modelo de cidade que procura levar a uma "(...) vida cotidiana programada e idealizada pelo consumo manipulado" (Lefebvre, 1978).

Nestes termos, pode-se entender a articulação entre os projetos de urbanização adotados e o processo de ocupação da área central de Fortaleza como resultado da oposição intervenção estatal – interesses privados, acrescida ao estabelecimento do urbano na cidade. Em suma, a consideração a partir de duas variáveis, a da cidade e do urbano e a da relação Estado-Espaço, conforme uma dimensão espaço-temporal. Para tanto utiliza-se da análise diacrônica⁸ para o entendimento de como a cidade foi produzida e reproduzida e ao mesmo tempo apropriada por seus habitantes no plano do vivido, até o momento em que Fortaleza se transforma numa cidade grande.

A intenção ao trabalhar a partir desta análise é a de entender o movimento de constituição da cidade moderna, dado que aponta para o urbano em constante realização, urbano entendido enquanto modo de vida, que faz com que a cidade se reproduza "na contradição entre a eliminação substancial e manutenção persistente dos lugares de encontros e reencontros, da festa, da apropriação do público para a vida" (Carlos, 1992(b) p.91).

Essa contradição é basilar na leitura do processo de constituição da cidade de Fortaleza, ou seja, da transformação do uso, com a definição e redefinição da centralidade no tempo. Transformação dada enquanto resultado da tendência posta: a da transformação do "locus" do encontro e da festa em "locus" do consumo. Fala-se em tendência à transformação e não em transformação, por existir no cotidiano o virtual, posto como necessidade de apropriação/usufruto da cidade e que emerge como resistência ao processo de normatização do espaço, segundo a lógica da sociedade de consumo.

Tal transformação será a delimitadora da modificação da articulação público-privado, a ponto do Centro que era produzido e apropriado por seus moradores transformar-se, no momento em que

ocorre o processo de explosão-implosão da cidade, em "locus" privilegiado do consumo, que vai reunir condições espaciais propícias para a inserção do comércio ambulante e fazer com que esta atividade adquira proporções e importância nunca antes vista. Para o entendimento desta transformação, apresenta-se uma periodização espaço-temporal, baseada em três momentos: 1. Quando o Centro era a cidade – da fundação de Fortaleza até 1920; 2. Centro e a tendência à sua transformação em locus de consumo – de 1920 a 1970; 3. A construção da cidade policêntrica – de 1970 até a presente data.

1. QUANDO O CENTRO ERA A CIDADE

Falar do Centro quando era a cidade é falar da área de ocupação inicial de Fortaleza, área produzida e apropriada pelos indivíduos no nível do vivido e cujos usos presentes vão delinear a articulação entre público e privado. Visão de Fortaleza que aponta para sua elucidação enquanto área onde ocorria a concentração da elite fortalezense, com seus estabelecimentos comerciais, de serviços e suas residências. Daí ser predominantemente o local do

(8) Considera-se que "a análise dentro da sincronia (o atual) não impede a análise diacrônica (história do espaço). Ao contrário esta leva àquela. A análise morfológica supõe a genética" (Lefebvre, 1978). Para o autor, tal procedimento baseia-se na compreensão da constituição da sociedade urbana, que se generaliza e "designa uma realidade em formação, em parte real e em parte virtual" (Lefebvre, 1976 p.65). Tal constituição expressará uma nova caracterização da cidade, a qual, segundo LEFEBVRE, deixa de ser obra, uma criação humana que tem a ver com as exigências ética e estética de dado grupo, para tornar-se produto, resultado da materialização do trabalho humano que se insere na lógica da acumulação do capital e cujo crescimento quantitativo – pautado na industrialização, que produz a generalização das relações mediadas pela mercadoria – leva a um fenômeno qualitativo que se traduz na problemática urbana, adquirindo, portanto, a urbanização "maior importância que sua causa inicial: a industrialização" (Lefebvre, 1976 p. 64).

encontro e da festa desta classe, fato explicador da existência, nesta área, dos melhores clubes, de praças arborizadas com bancos, cinemas e teatros.

Para PONTE os agentes dominantes vão produzir, através do Estado e sob a égide do crescimento econômico fundamentado no setor comercial, “um inédito mundanismo elegante, construindo sofisticados clubes e recriando áreas públicas destinadas a novas práticas diversionais e esportivas” (Ponte, 1993 p.19). O que vai denotar isto, além da construção e expansão das edificações privadas – grande parte para habitação – e da expansão das edificações públicas,⁹ é a criação de escolas, da Biblioteca Pública, do Instituto do Ceará, de Clubes Sociais, bem como, investimento no calçamento de ruas, iluminação pública, construção de chafarizes e de praça pública (Passeio Público), que conferem a Fortaleza “uma vida de cultura e ócio” (Ponte, 1993 p.123).

No entanto, não se pode reduzir a intervenção estatal como determinada pelos interesses dos agentes dominantes. Embora possam refletir alguns desses interesses no espaço, o Estado possui uma lógica própria. Não dá para esquecer que na cidade também encontravam-se os pobres. Além da emergência dos grupos dominantes, há a formação, como consequência do crescimento econômico da capital cearense, da classe média (profissionais liberais e intelectuais), dos trabalhadores, subempregados e desempregados em Fortaleza. Com exceção da classe média, os demais ocupavam os mocambos míseros a que se refere NOGUEIRA, quando delimita a área ocupada por Fortaleza de 1861.

“Limitava-se ao N. pelas ruas da Praia e da Misericórdia; a L. pela rua de Baixo (Conde D’Eu); ao S. pela rua D. Pedro e a O. pela rua Amélia (Sen. Pompeu). Fora deste âmbito, excetuados o Palácio do Bispo, o Colégio das Irmãs e o Seminário, tudo eram areias, casas de palha, uma ou outra casa de tijolo com sofrível aparência” (Nogueira, 1980 p.30-31).

Não seria o simples “(...)cortejo de desempregados e miseráveis que se multiplicavam pelas

ruas” (Ponte, 1993 p.20), o determinante da intervenção do Estado. Tal intervenção vai ser resultado da colisão entre duas práticas e duas concepções do espaço. Trata-se de uma concepção logística (global, racional, homogênea), representada pelo espaço estatal que se quer espaço homogêneo, logo equivalente, permutável, intercambiável e, ao mesmo tempo, marcado pelo controle estatal e de uma concepção local (interesses privados, alvos particulares) representada pelos usos presentes e imaginados pelas classes e segmentos de classe de Fortaleza. É este dado que vai levar à materialização de um espaço homogêneo-quebrado e cujo resultado encontra-se expresso na adoção de políticas de expansão urbana e aformoseamento da cidade, acompanhadas de políticas de controle social, que reforçam a negação do Centro às classes de menor poder aquisitivo – trabalhadores, subempregados e desempregados. A elaboração da planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbio, por Adolfo Herbster em 1875, nos dá mostra dessas políticas. Trabalhando sob o sistema de traçado urbano quadrangular, projetado por Silva Paulet em 1818, HERBSTER amplia o traçado da cidade, conferindo-lhe três boulevards (atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel) que margeavam o perímetro urbano central.¹⁰

A elaboração dessa planta, além do disciplinamento da expansão urbana, dava continuidade à

(9) Quanto às edificações públicas temos: “Prédios como o da Santa Casa de Misericórdia (1861), Cadeia Pública (1866), Assembléia Legislativa (1871), Asilo de Mendicidade (1877), Escola Normal (1884), Quartel do Batalhão de Segurança (1880), além dos mais antigos, como o Palácio do Governo, Mercado Público, Palácio Episcopal, Tesouraria da Fazenda (MENEZES, 1895)” (LEMENHE, 1991 p.123).

(10) A única exceção a esse modelo quadrangular foi a rua existente ao longo da estrada de Messejana (atual Visconde do Rio Branco), por ser, segundo GIRÃO, “a necessidade dessa artéria, para o transporte dos abastecimentos vindos dos tabuleiros do Ceará, (...) mais vital que os desejos artísticos do urbanista” (GIRÃO, 1979 p.80)

proposta de aformoseamento da cidade através da tentativa de remodelação, com a construção de sobrados da elite fortalezense segundo um “design” moderno e de destruição de edificações e mocambos que não se inseriam obedientemente à geometria.

A tese, proposta por PONTE, de que “(...) o plano de Herbster, com boulevards e disciplinarização da malha urbana, surgiu como um dos itens centrais do conjunto de tentativas para remodelar a capital, embelezando-a e racionalizando-a. A planta em xadrez, alinhando suas ruas, deixou-a mais transparente para a observação dos olhares do poder e do saber urbanos e tornou-a mais aberta à circulação crescente de seus fluxos.” (Ponte, 1993, p.28-29), deve ser ampliada, inserindo-se a tentativa do poder público de expulsar aqueles que residiam em mocambos no Centro. Deve-se pensar sobretudo, que este projeto visava negar a cidade aos não considerados iguais – aos pobres –, sendo Fortaleza, enquanto locus de encontro e da festa, pensada para a elite fortalezense.

Aos que teimavam em permanecer no Centro restavam as políticas de controle social, baseadas na repressão do aparato policial e da atuação do governo, reforçada pela intelectualidade, em discipliná-los. Para tanto, instalam

“escola primária e oficinas para os detentos da Cadeia Pública (1882); empreendem campanha de casamento de amasiados (1885) e constróem o Asilo de Alienados São Vicente de Paula (1886) para retirar os loucos de circulação, investimento disciplinar a que não escaparam os mendigos que são recolhidos ao Asilo da Mendicidade inaugurado no mesmo ano” (Ponte, 1993, p.36).

Esse controle social era tão incorporado pela elite fortalezense, que a presença de pobres nas festas públicas era tida como irresponsabilidade e falta de decência, pois “a forma de usufruir o lazer limitava-se aos mais favorecidos (...)” restando aos pobres “(...) apenas a participação em festas religiosas ou algumas atividades singelas (...)” (Jucá, 1993 p.427).

Portanto, pode-se afirmar que as intervenções no espaço – através das políticas de expansão urbana, aformoseamento e de controle social – visavam também a criação de uma área asséptica, livre dos pobres. A razão ordenadora, respaldada na perspectiva higienista de disciplinamento e controle social, denotava a destinação social pretendida para a cidade, que deveria ser apropriada no nível do vivido pela elite fortalezense. Neste momento, Fortaleza, locus do poder e moradia da elite, constituiu-se, concomitantemente, em locus privilegiado do encontro e das festas desses usuários, sendo este tipo de uso o norteador das recordações dos saudosistas que não enfatizam a exclusão de parcela da população fortalezense e a existência de usuários que teimavam em usufruir da área central, embora não lhes quisessem permitir – A Feira Velha com seus usuários é um exemplo não negligenciável.¹¹

Como resultado da negação da cidade às classes de menor poder aquisitivo resta a cidade explorada, consolidando-se o Centro em locus de poder, além de sua especialização funcional, com o crescimento das atividades terciárias e elitização do espaço e das pessoas ali residentes.

2. CENTRO E A TENDÊNCIA À SUA TRANSFORMAÇÃO EM “LOCUS” DE CONSUMO

A tendência apontada para o Centro de Fortaleza é a de sua transformação em locus de consumo, através da implantação de projetos urbanísticos, que apontam para o fortalecimento da área central em relação às áreas limítrofes, pois, através

(11) É na Feira Velha, situada na atual praça Valdemar Falcão, onde menciona-se sobre a existência das Negras de Tabuleiro e de comerciantes ambulantes em sua proximidade, bem como da existência de seus fregueses, com a predominância daqueles de menor poder aquisitivo.

da estruturação de um sistema viário radioconcêntrico, norteia-se o processo de consolidação do Centro enquanto área hegemônica. Hegemonia que ocorre ao se materializar o espaço da circulação com o afunilamento dos fluxos para o Centro.

Fortaleza, com sua função centralizadora, ganha importância, tornando-se um grande centro urbano coletor e beneficiador da produção algodoeira advinda do interior e concentrador dos órgãos públicos existentes no estado. Esse caráter centralizador do processo de urbanização capitalista vai fazer com que as demais cidades cearenses percam em importância para a capital. Ademais, o caráter centralizador também gera fluxos de pessoas de outras localidades para Fortaleza, devido a incapacidade destas localidades em fornecerem bens, serviços e empregos aos expulsos do campo – por conta da estrutura fundiária, agravada pelas secas que ampliam a situação de miséria vivida pelo homem do campo.

Essa urbanização centralizadora, leva à modificação do ritmo do Centro de Fortaleza na primeira metade do século XX, modificação que se dá devido ao movimento gerado pelas lojas, armazéns, indústrias, oficinas, clubes, cinemas e carros. Tal centralidade deixa de vincular-se à percepção prático-sensível (relacionada às exigências éticas e estéticas dos moradores do Centro) dos indivíduos e passa à ligar-se à especialização funcional. Além disso, há o agravamento das tensões sociais, devido à crescente proliferação de pobres (trabalhadores e mendigos) a buscar melhores condições de vida em Fortaleza.

A modificação no ritmo do Centro e a presença tida como incômoda dos pobres, a partir da década de 20, são consideradas responsáveis pela transferência das residências da elite para o Bairro de Jacarecanga e em menor proporção para o Bairro do Benfica e para a Praia de Iracema. Inclusive PONTE chega a basear-se nesta premissa para compreender a materialização de espaços que reforçam a segregação sócio-espacial entre ricos e pobres na cidade. Para ele,

"inquestionavelmente, naquele final de Primeira República, a tensão social entre os diversos segmentos sociais urbanos se agravou na Capital como de resto no país. O perímetro central crescia e recheava-se com o movimento acelerado de carros, lojas, armazéns, oficinas, cinemas, parques e clubes. Desta forma o próprio 'progresso' acabou por afetar a comodidade e a privacidade das residências de seus agentes. Mas não só. O movimento da multidão na Capital também se adensou (a população em 30 atinge os 100 mil habitantes) e na sua maior parte era formada pelos que a ordem capitalista civilizadora procurava disciplinar e que ao mesmo tempo produzia: os operários e demais categorias de trabalhadores com suas greves, associações e partidos políticos, e os trabalhadores em disponibilidade, os mendigos, menores abandonados, prostitutas e todos os pobres com suas aparências e comportamentos tidos como selvagens, nocivos e constrangedores"(Ponte, 1993).

Embora admita-se que a presença dos pobres – devido ao fracasso da ordenação sócio-urbana, com a organização do assistencialismo médico-filantropico¹² e da atuação do aparato policial com medidas repressivas e disciplinadoras¹³ – e a intensificação do ritmo do Centro possam ter causado náuseas à elite fortalezense, não são, por si só, determinantes do seu deslocamento. Torna-se necessário

(12) "Subvencionadas pelo Estado (que só depois de 30 organizaria as políticas públicas de assistência social), supervisionadas pela Igreja Católica Romana do Ceará e integradas por "senhoras de caridade", médicos e grupos de intelectuais católicos da Capital, tais organizações, pela estreita aliança estabelecida entre sua ação benéfica e as práticas de assistência médica da medicina local, possibilitaram a transformação da filantropia de caráter caritativo (predominante nos meados do século XIX) em um novo modelo de assistencialismo: a filantropia higiênica. Retirando velhos, meninos e meninas pobre das ruas em nome da erradicação da mendicância, da delinqüência e da prostituição urbana, e internando-os em asilos onde realizava a disciplinação moral e social por meio da catequese e do trabalho adestrador do corpo e da mente, esta filantropia higiênica institucionalizada teve, sem dúvida, decisiva participação no processo de normatização social de Fortaleza". (PONTE, 1993 p.163).

(13) "(...) foi justamente nesse momento de conflito do pós 1915 que emergiu a questão de se adotar uma prática policial

considerar o processo de transformação do Centro em área prioritariamente comercial, prestadora de serviços e concentradora do poder. Esta especialização funcional, que tem peso no mercado de terras, vai delinear a especulação imobiliária como mola motriz do processo de transferência residencial e da não entrada das classes de menor poder aquisitivo no perímetro central. Seria a determinação dos usos “(...) pelo valor que, em seu movimento, redefine constantemente a dinâmica do acesso ao solo urbano” (Carlos, 1992(b) p.41).

A modificação dos usos pelo valor, resulta na explosão da cidade no sentido oeste, com a ocupação das áreas periféricas, tanto por ricos, quanto por pobres. Os ricos estabelecem-se nas áreas privilegiadas já citadas. Quanto aos pobres, SILVA refere-se ao surgimento de bairros na zona oeste, vinculando-os ao papel das vias de acesso (caminhos e ferrovia) que orientavam e dimensionavam tal ocupação.¹⁴ A determinação desse tipo de ocupação tem motivos diferenciados dos das classes de maior poder aquisitivo, pois deslocam-se para a periferia por serem os terrenos mais baratos ou passíveis de ocupação, além da possibilidade de auto-construção.¹⁵

O quadro desta cidade explodida, com a criação de novos bairros nas imediações do Centro, funda-se numa malha urbana monocêntrica, caracterizada pela importância que o Centro adquire em relação às áreas de influência mais próxima.

É também a partir dos anos 30 que a elite fortalezense que permanecia nas proximidades do Centro, usufruindo das benéfcies nele encontradas, começa a distanciar-se, estabelecendo-se na zona leste, no Bairro da Aldeota. Para LINHARES, é a partir deste momento que

“o funcional e o social passam a se distinguir em Fortaleza, fortemente e de maneira precoce. Sem dúvida, a cidade se organiza em torno de dois pólos: ao leste, a cidade da nova elite e, ao oeste, a cidade industrial e trabalhadora. Com o Castelo do Plácido, obra pioneira de residência de alto luxo da cidade, construída na Aldeota (de estilo duvidoso, como a maioria das construções da

nova burguesia urbana), a alta burguesia passaria a construir em direção leste, bem longe do Centro, das fábricas e dos pobres, criando um novo espaço de diferenciação social, tentando marcar o seu prestígio e aprendendo tropeçadamente uma certa arte de viver”(Linhares, 1992 p.201).

O afastamento da burguesia, primeiro saindo do Centro e posteriormente de suas proximidades, continua sendo atribuído à presença da pobreza. LINHARES, para analisar tal processo, deveria compreender o funcionamento do mercado imobiliário e a modificação no nível do traçado urbano que reflete a substituição da solução ferroviária pela solução asfáltica. Tal indicativo é lançado por MOURÃO, ao estudar as transformações que ocorrem nos centros das cidades. Ao fazê-lo aponta a caracterização de “(...)uma cidade que cada vez mais passa a servir a roda (...) na medida em que a textura urbana se tornou um gargalo à circulação e às comunicações” (Mourão, 1976 p.06).

Ao enfatizar a questão relativa ao traçado urbano, deve-se lembrar que a atual chamada zona leste era de pouca utilidade e baixa ocupação, ten-

mais disciplinadora e menos repressiva, incluindo com a proposta – inédita no Ceará – de instituições regenerativas, onde os detentos pudessem cumprir pena trabalhando e produzindo”. (PONTE, 1993 p.166). A essas instituições regenerativas seria enviados, na linguagem policial, os mendigos e vagabundos, que representavam, na prática, os trabalhadores sem emprego, as prostitutas e os menores abandonados.

(14) “Data do início da década de 30 a origem desses aglomerados com características de favela. Entre 1930-55 surgirá as seguintes favelas na cidade: cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Meireles(1950), Papoquinho(1950), Estrada e Ferro(1954)” (Silva, 1992 p.29).

(15) Não se quer assumir com isso a postura de que a ocupação de terrenos pelas classes de menor poder aquisitivo só ocorram em áreas não centrais, pois, na própria Aldeota vai ocorrer mais recentemente a ocupação de terrenos, a exemplo do ocorrido na Favela do Trilho, que está encrostada neste “bairro nobre”.

do esse quadro sido revertido com “(...)a abertura de um conjunto de avenidas projetadas por Adolfo Herbster em 1875(...)”, que “(...) significou a integração deste espaço à área central da cidade(...)” (Silva, 1992 p.48) e que “a maioria dos que ali residiam possuía condução própria” (Jucá, 1993 p.76), fato que denota a importância do automóvel para os residentes do Bairro da Aldeota e o problema enfrentado por aqueles que não possuíam condução própria.

A transformação da morfologia urbana e o advento do automóvel são base para a transferência dos residentes nas proximidades do Centro à Aldeota. Com um sistema viário e um meio de transporte capaz de transportá-los rapidamente ao Centro, a elite fortalezense poderia, a partir de então, morar distante da área central.

A adoção da solução asfalto cria um novo estilo de vida, que provoca, de um lado, a consolidação do modo de vida que aponta à tendência de diminuição das relações comunitárias, haja vista, as relações passarem cada vez mais a serem mediadas pela mercadoria (promovendo a coisificação das relações), e de outro lado, a ocorrência de movimentos de contraposição a essa tendência, com a tentativa de apropriação do Centro como local de encontro e da festa de uma outra classe – as classes de menor poder aquisitivo que não dispõem de espaços dessa natureza na periferia.

Essa modificação no uso aponta para o processo de implosão do Centro, fenômeno que, segundo LEFEBVRE, ocorre interrelacionado ao processo de explosão. O Centro que outrora assimilava as atividades comerciais e de serviços, bem como as funções de lazer e residencial da elite fortalezense modifica-se. Há o fortalecimento das primeiras em detrimento das segundas, incluindo-se ainda o assédio, cada vez maior, dos pobres à área central.

Expressão da tendência à transformação do Centro em locus de concentração de bens e serviços a serem consumidos, é a superação do Passeio Público pela Praça do Ferreira, elemento denotador da vitória do negócio sobre o ócio.

No Passeio Público toda a arquitetura convidava ao encontro e ao lazer. NOGUEIRA, ao falar da ornamentação desse “pedaço da cidade”, dá uma idéia de como tudo colaborava para o ficar.

“A ornamentação do Passeio conta de estátuas e figuras que contam, entrando pelo portão da rua Formosa: 1. Prometeu, apontando para o céu; 2. Mercúrio; 3. Menino montado em um golfinho; 4. Estátua (de cores?), na Avenida Mororó; 5. Estátua conhecida por Gladiador desde os tempos de Tito Rocha, mas que à falta do escudo, da espada e do capacete que os gladiadores exibiam na arena, mais parece representar um atleta grego ou romano empenhado em qualquer jogo; 6. Uma deusa (Vênus?), conforme à morada do Sr. R. Liebmann; Vênus de Milo na Avenida Mororó no extremo fronteiro ao quartel; 8. Diana(?); 9. Vênus e Cupido(?) junto ao botequim do Amálio; 10. Duas Esfinges guardando a escada que desce para o segundo plano; 11. A famosa ‘Gia do Passeio’. Sapo de louça grande e horrível..”(Nogueira, 1980 p.19).

Ademais, o autor ainda fala da existência, no terceiro plano do Passeio Público, de um lago construído que era

“alimentado pelas águas do riacho Pajeú. As margens eram revestidas de pedras vindas do Mucuripe; e bem ao centro, sobre uma coluna destas pedras, de tridente em punho, uma estátua de Netuno olhava e dominava o oceano. Pela tarde e nas noites de luas vogava-se, cantando ao redor dessa estátua”(NOGUEIRA, 1980 p.19).

Na Praça do Ferreira, a simbologia máxima era dada pela Coluna da Hora. Situada no centro da praça e tendo no topo um relógio, que vai reger a vida dos usuários do Centro. Tal perspectiva significa a substituição de uma duração vivida e concebida como emocional pelo tempo medido e quantificado, representando a apresentação de tempo e espaço “(...) de modo mais individualizado, ‘desembebidos’ do sistema de ação social e encapsulados num sistema homogêneo e hegemônico de duração, de medida e até mesmo de percepção e relacionamento” (Damatta, 1987 p.37-38). Por conseguinte, embora os cidadãos em dados momentos ve-

nam a se apropriar da praça enquanto local do encontro, estão, desde então, regidos por uma nova ordem, a do tempo que redimensiona suas vidas na máxima maior: tempo é dinheiro.

O processo de urbanização centralizador vai caracterizar a cidade de Fortaleza como monocêntrica, monocentricidade esta que vai levar à geração de um fluxo constante de consumidores e transeuntes na área central. Ao serem atraídos pelo Centro, as classes de menor poder aquisitivo também inserem-se neste movimento, embora as medidas de disciplinamento visassem negar-lhes a possibilidade de usufruto desta área privilegiada. Chama-se a atenção para a criação de um fluxo de consumidores das classes de menor poder aquisitivo, por ser ele o viabilizador maior do comércio ambulante, dado que coloca em voga, para o Estado, a necessidade de disciplinamento do espaço público, através de um decreto específico.

“Art. 433 – O pagamento do imposto do ambulante não dá direito a estacionar nos logradouros públicos, sinão o tempo necessário para efetuar a venda.

Parágrafo único – Quando concedida qualquer localização, não é permitida a colocação de mesas, cadeiras ou outros objetos que possam impedir o livre trânsito público.

Art. 434 – Os vendedores de doces, biscoitos, pastéis, empada, balas e sorvetes são obrigados ao uso de calçados e ao vestuário convenientemente asseado sob pena de multa de 10\$000 e apreensão da mercadoria.

Art. 435 – É vedada a concessão de matrícula de vendedor ambulante a pessoas que sofrerem de moléstia contagiosa ou asquerosa” (Decreto 70 de 1933 – O Povo, 12/01/33).

Com este decreto, há a redução da problemática da apropriação do espaço público pelo comércio ambulante a questões de saúde pública e de trânsito, dado que vai caracterizar toda a intervenção da Prefeitura no período compreendido entre os anos 1930-1960. Embora fossem, conforme JUCÁ, resultado do tipo de modernização implementada, que vai gerar um mercado de emprego restrito e,

portanto, não viabilizador da absorção desse segmento da sociedade, os comerciantes ambulantes vão ser tratados e “(...) perseguidos como estorvo do desenvolvimento comercial” (Jucá, 1993 p.171). Este tratamento e perseguição ocorre de maneira violenta, com a destruição e/ou apreensão da mercadoria vendida pelo comerciante ambulante, seguida em alguns casos de agressão física e/ou moral.

Quando fala-se da adoção dessas medidas meramente repressivas e disciplinadoras, quer-se guardar as dimensões dessa problemática. Fortaleza, embora explodida, continua acentuadamente monocêntrica e, neste momento, é no Centro onde concentrar-se-ão as atividades hegemônicas da cidade, daí ter-se falado do comércio ambulante tido como estorvo ao desenvolvimento comercial. Entretanto, convém ressaltar a atitude pioneira ocorrida em 1959, e que se deu devido a reclamações feitas em relação ao aumento do número de comerciantes ambulantes.¹⁶ Esta situação, que alcançava níveis sem precedentes para a época, levou o então Prefeito Cordeiro Neto a adotar política de deslocamento do comércio ambulante para a antiga Estação dos Bondes, em Joaquim Távora, dado que viabilizou a retirada dos ambulantes da área central para serem alojados num mercado de cinco galpões que estava sendo construído. Tal atitude foi “comemorada pelos jornais, quando afirmavam que a população conseguira as áreas do Centro livres para o seu trânsito” (JUCÁ, 1993), mas a distância em relação à área central e a incapacidade que este tipo de comércio teve de atrair comerciantes ao Joaquim Távora, fizeram com que o objetivo da Prefeitura fracassasse. Por ser uma atividade que vive exclusi-

(16) Para JUCÁ, “os comerciantes ambulantes encontravam-se mesmo ao lado de luxuosos magazines. Na rua Floriano Peixoto, no trecho entre Castro Silva e rua Pará, os locais de venda de miudezas se multiplicavam, dificultando o tráfego na Guilherme Rocha. Até as ruas São Paulo e General Sampaio eram ocupadas. Na praça da Estação havia pequenos restaurantes considerados imundos(...)” (Jucá, 1993 p.185).

vamente do fluxo contínuo e maciço de pedestres, não foi de se estranhar o retorno dos ambulantes ao Centro após algumas semanas, apesar das pressões contrárias e da continuidade da utilização da violência pelo RAPA. Por conseguinte, até os anos 60, pode-se afirmar que as intervenções da Prefeitura, vão inserir-se na tentativa dos grandes comerciantes em buscar “manter o controle sobre os pequenos vendedores na principal área comercial de Fortaleza” (Juca, 1993 p.186).

3. A CONSTRUÇÃO DA CIDADE POLICÊNTRICA

A industrialização implementada pela SUDENE nos anos 70 é o marco da transformação de Fortaleza em cidade policêntrica, com a consolidação de uma infra-estrutura de comércio e serviços nos bairros nobres, principalmente, através da construção de centros de compra acessíveis aos possuidores de carro (os shopping são a expressão maior). SOUZA (1978) explicita este processo ao falar da formação de centros comerciais de bairros: o bairro da Aldeota e o bairro do Montese, o primeiro com um comércio sofisticado e o segundo com um comércio de caráter regional.

A saída da classe alta e média alta do Centro e o advento da diversificação do comércio em outras áreas da cidade vão denotar a concorrência empreendida por áreas como a Aldeota e Montese ao Centro. O Centro perde seu peso devido ao advento do automóvel e a transferência das residências. A concentração inicial de residências nesses bairros foi a criadora de condições para a consolidação de uma infra-estrutura de comércio e serviços e o automóvel tornou-se sustentáculo e caracterizador de toda atividade comercial e de serviços implantados nestes bairros.

A opção automóvel faz com que o fluxo de pedestres nas calçadas dos bairros considerados nobres perca em intensidade para o fluxo de carros a deslocar-se de uma loja a outra, dado expresso na

importância que as áreas para estacionamento dos automóveis adquire nesses locais da cidade. Ademais o requinte e sofisticação das formas das áreas consideradas nobres tendem a inibir o fluxo de usuários das classes de menor poder aquisitivo.

Essas áreas, ao fundarem-se enquanto concentradoras de residências e de uma rede de comércio diversificada, fazem com que ocorra a redução do atrativo do Centro para as classes de maior poder aquisitivo, tornando-se seus “novos usuários”, basicamente, a “população de baixa renda, camelôs e pedintes” (*O Povo*, 25/06/79).

A inserção desses “novos usuários”, juntamente com a criação de novos centros, são os caracterizadores da perda de hegemonia do Centro. Agora é este tipo de consumidor que abunda, devido a existência de um sistema de transporte coletivo estruturado numa rede viária radiocêntrica, contribuidor para que o deslocamento de um ponto da cidade para outro, com raras exceções, passe pelo Centro – especificamente nas praças transformadas em terminais de ônibus, ponto de embarque de passageiros. A estruturação de tal sistema de transporte coletivo no Centro dá-se ao abandonar a opção automóvel com a priorização do fluxo dos pedestres em detrimento do fluxo do automóvel, dado que leva à consolidação de um comércio de passagem, frequentado na sua grande maioria, por consumidores das classes de menor poder aquisitivo.

Esse processo de inserção de “novos usuários” é apontado por SILVA como sendo resultante da conversão do Centro Tradicional em Centro da Periferia. Para o autor

“(...) a população burguesa e amplos setores da classe média encontram sub-centros alternativos que substituem as atividades que eram exercidas anteriormente pela zona central. Esta por sua vez, cada vez mais se caracteriza como o verdadeiro centro da periferia; suas praças, antes voltadas à animação e ao lazer da burguesia em suas horas de ócio, hoje são convertidas em terminais de transporte coletivo (Praças José de Alencar, Castro Carrera, Lagoinha, Coração de Jesus) ou em mercados informais onde domina o comércio ambulante (Praça do Ferreira, Parque da Crian-

ça e General Tibúrcio). Na verdade todas estão convertidas em verdadeiros mercados que abastecem a população na periferia distante, principalmente os conjuntos habitacionais construídos recentemente e que não possuem infra-estrutura necessária para o atendimento da população residente” (Silva, 1992 p.46).

O que SILVA denomina de conversão do Centro Tradicional em Centro da Periferia é a redefinição do Centro em relação à estrutura urbana. Dado gerador de sua modificação através da geração de fluxos e refluxos de transeuntes advindos dos bairros pobres. Fluxos e refluxos que dirigem-se para o Centro, na busca de bens materiais e imateriais e que passam pelo Centro, objetivando deslocar-se para outros bairros. Este fato é o determinante e, ao mesmo tempo, é condicionado pela transformação das praças em terminais de ônibus e pela presença do comércio ambulante na área central, visto que essas condições espaciais fazem do Centro da cidade de Fortaleza um local privilegiado para o exercício do comércio ambulante. Conseqüentemente, não é de se estranhar o aumento da concentração de ambulantes nas proximidades das lojas, nos cruzamentos das ruas principais, nas praças transformadas em terminais de ônibus e/ou nos momentos das festas promovidas nas praças, adquirindo, portanto, maior visibilidade que o comércio ambulante de outrora.

A expressão desse “novo uso” do espaço público é notória. Entretanto, deve-se lembrar que a transformação do Centro em Centro da Periferia, não se dá com a transferência total de todas as atividades hegemônicas existentes na área central. As sedes dos bancos Central, do Brasil, do Nordeste e da Caixa Econômica Federal, juntamente com as sedes de outros bancos particulares, permaneceram no Centro, bem como, a Prefeitura (até início dos anos 90) e outros órgãos públicos municipais e federais. O que ocorre após os anos 1970 é o fortalecimento das atividades comerciais e de serviços voltados para o atendimento da demanda das classes de menor poder aquisitivo. Desprezar esse processo pode levar, por um lado, ao não entendimento da existência de conflitos entre os diversos usos presentes no

Centro – aqueles que representam os anseios das atividades hegemônicas (comércio estabelecido e empresários ligados ao turismo) e aqueles que personificam os anseios das atividades hegemônicas (comércio ambulante, dentre outros) – e, do outro lado, ao não entendimento da intervenção do Estado, numa perspectiva racionalizadora que visa consolidar o espaço da circulação.

Projetos de Urbanização (como: o Plano de Ação Imediata de Transporte e Tráfego (PAITT), o Estudo de Transporte Coletivo de Fortaleza (TRANSCOL) e o Plano Diretor de Transportes Urbanos Para a Região Metropolitana de Fortaleza (PDT-FOR)), são adotados após os anos 70 e explicitam essa preocupação das gestões municipais em consolidar um espaço livre para a circulação do pedestre sem a presença considerada incômoda do carro individual¹⁷ e do comércio ambulante.¹⁸

Embora diferenciando-se quanto aos problemas gerados, o carro e o comércio ambulante são eleitos os maiores problemas da área central, ou seja, à normatização do Centro que caminha no sentido de torná-lo concentrador de consumidores e de tentar atrair os consumidores perdidos – classes de maior poder aquisitivo.

Entretanto, deve-se lembrar que uma coisa é tratar da problemática relativa ao fluxo de veículos e os empecilhos trazidos aos usuários do Centro, ou seja, a rua que outrora apropriada pelo cidadão

(17) Conforme reportagem veiculada no Jornal *O Povo*, em 06/09/78, tem-se a idéia exata desse tipo de tratamento em relação ao carro: “(...) um espaço nobre que deveria ser utilizado, com exclusividade pelo pedestre, foi alienado (...) a favor da máquina (...) e na medida em que estes se expandiram em decorrência do crescimento da cidade, surgiu o caos que hoje se observa”.

(18) Conforme reportagem veiculada no Jornal *O Povo*, em 23/07/78, tem-se a idéia exata desse tipo de tratamento em relação aos vendedores ambulantes: “ (...) este comércio assume já uma posição incômoda para tradições históricas que sobrevivem, apesar dos pesares, nas ruas, nos prédios, nas praças, em tudo aquilo que é documento da vida da cidade, dos seus primórdios”.

hoje transforma-se no espaço da máquina (do automóvel), restando ao primeiro acotovelar-se nas calçadas em um fluxo intenso, e outra coisa é tratar da problemática relativa a um “novo uso” do espaço público – comércio ambulante que se apropria do espaço público –, e imputar-lhes a culpa pela não presença das classes de maior poder aquisitivo no Centro.

Tal equívoco acontece por tratarem erroneamente da perda de hegemonia do Centro, enquanto sinônimo de esvaziamento, ao não considerar o reforço de dadas atividades comerciais e de serviços. Embora ocorra o deslocamento das residências das classes de maior poder aquisitivo, de vários órgãos públicos, casas comerciais e de serviços do Centro, há, concomitantemente, o fortalecimento das atividades comerciais e de serviços. A diferenciação é a de que passa a se caracterizar, predominantemente, por ser um tipo de atividade voltada para a população de baixa renda, que frequenta o Centro, tanto por ser local de passagem ou de trabalho, quanto local onde dispõem de bens materiais e imateriais. Acrescenta-se a isto: aumento de pedintes e desempregados a permanecerem no Centro para garantir a sobrevivência.¹⁹

Notadamente após os anos 1970, com o aprimoramento e fortalecimento das atividades comerciais e de serviços em outras áreas da cidade, as demais atividades comerciais e de serviços existentes no Centro voltam-se para atender, principalmente, a demanda das classes de menor poder aquisitivo da sociedade fortalezense. Portanto, não ocorre o esvaziamento do Centro, mas a ampliação de sua importância em relação à periferia da cidade, a ponto de SILVA denominá-lo atualmente de “Centro da Periferia”, por consubstanciar-se em “locus” privilegiado de consumo e, em alguns casos, em ponto de encontro da população de menor poder aquisitivo da sociedade fortalezense.

O Centro, outrora locus do poder, local do encontro e da festa da elite fortalezense, tem sua centralidade redefinida, passando a locus de consumo que é apropriado por outros segmentos da

sociedade fortalezense, tanto para o consumo, quanto em menor proporção para o lazer. Utiliza-se o termo menor proporção, para buscar externar a essência desse processo: a tendência posta no sentido de transformar o Centro em locus de consumo. A resultante é a de que o Centro tende a se tornar normatizado e concentrador de consumidores, as ruas propriamente ditas passam a ser utilizadas pelo automóvel e as calçadas tornam-se locais de circulação de consumidores em potencial, que disputam espaço com o comércio ambulante, que se insere no Centro graças à possibilidade de apropriação privada do espaço público.

Tal apropriação privada do espaço público denota um tipo de uso do espaço público que *“atravessa as barreiras do planejamento urbano e surge em meio à festa, à reunião, ao comércio oficial ou a qualquer evento que resulte em aglomeração; cria um espaço singular e veste o setor hegemônico com uma enorme heterogeneidade”* (Costa, 1989).

Ao apropriar-se dos significantes existentes no Centro, o comércio ambulante impõe um novo espaço e um novo uso, esboçado fundamentalmente numa forma de apropriação privada do espaço público, que expressa o processo de normatização do cotidiano, pois “(...) nesse caso a rua não permite a constituição de um grupo a partir da relação com o outro. Eventuais contatos são medidos pela mercadoria oferecida-comprada (...)”, representando a invasão da rua “pelo mercado”. Invasão entendida como subordinação ao mundo da mercadoria, onde o único contato posto é o “imposto pela troca que seduz, tenta e transforma a cidade em vitrine(...)” (Carlos, 1992(a)), em suma, subordinação do sentido do uso ao valor de troca que empobrece acentuadamente o cotidiano dos usuários do Centro. Com o desenvolvimento do comércio ambulante, o ficar em meio ao fluxo intenso acontece

(19) Para SILVA, seria o movimento em que “a burguesia exclui o Centro de sua vida na mesma medida em que o bairro inclui os excluídos da periferia”, In: SILVA, José Borzachiello da. *Diário do Nordeste*, Jornal, em 06/06/94

mediatizado pela troca e não como a possibilidade de encontro, daí sua inserção à lógica da sociedade de consumo.

É possível perceber na paisagem urbana a mudança de uso e de freqüentadores do Centro de Fortaleza. Se até então os prédios mais modernos eram construídos no Centro, a partir dos anos 70, ocorrem, principalmente, reformas de prédios com a modificação das fachadas, buscando sua adequação a um estilo moderno, com a colocação de lajotas, vitrines e luminárias. O comércio ambulante adquire maior visibilidade com a inserção de um maior volume de formas, cores, sons e cheiros, vinculados ao exercício desta atividade. As exceções vinculam-se a algumas atividades hegemônicas ainda existentes no Centro, sendo as mesmas caracterizadas por construções com “design” modernos.²⁰

Com a redefinição da centralidade a partir dos anos 70, cabe ao comércio ambulante um papel essencial e explicitador das características do Centro, que perde sua hegemonia e torna-se o “Centro da Periferia”, consubstanciando-se, conseqüentemente, a modificação da paisagem urbana ao criar uma série de signos capazes de atrair consumidores e reforçar a característica do Centro enquanto locus de consumo, juntamente com o comércio estabelecido.

Embora ambos possuam práticas relacionadas ao processo de acumulação capitalista, não significa afirmar que se relacionam de forma harmônica. A tentativa de eliminação dos obstáculos à circulação dos consumidores – carro e comércio ambulante – no Centro externam tal aspecto, trazendo em seu bojo a tentativa de retomada da hegemonia da área central enquanto locus do consumo. Só com a história do espaço, tem-se condições de entender os motivos que levaram à inserção do comércio ambulante no Centro da cidade de Fortaleza e o papel e importância que vai adquirir a partir dos anos 70 – por nutrir e nutrir-se da centralidade do “Centro da Periferia”, a qual não contempla o ficar. Esse uso dará margem a uma série de conflitos que resultarão do tipo de ocupação implemen-

tada e determinante da intervenção do Estado no sentido de modificar a destinação social do espaço público.

A alteração nas formas de uso da cidade podem ser apreendidas, conforme LEFEBVRE, através de um conflito violento que desenrola-se no espaço entre o espaço que se torna valor de troca e o espaço que permanece valor de uso. A apreensão desse dado pode ser expressa na idéia da luta da propriedade contra a apropriação sobre o espaço. Conforme o autor, “(...) a troca e o valor de troca lutam contra o valor de uso e o uso. Quer dizer, contra o corpo vivente e vivido” (Lefebvre, 1978).

É justamente em relação ao corpo vivente e vivido que DAMATTA construiu sua análise sobre a realidade brasileira, baseando-se na divisão entre dois espaços rigidamente divididos no mundo diário e representados pela articulação entre público e privado. O primeiro seria o espaço da repressão e do controle, definido como espaço da rua, onde o indivíduo é homogeneizado. O segundo seria o espaço da intimidade e do familiar, definido como espaço da casa, onde constroem-se relações de parentesco e intimidade capazes de dar segurança e identidade ao indivíduo.

O embate entre esses dois espaços centra-se em função do corpo vivente e vivido, apontando restrições e viabilizações ao uso do espaço para o encontro e para a festa. Por isto, seu trabalho direciona-se no sentido de apresentar o embate entre rua e casa como determinantes de situações capazes de romper com essa divisão rígida, criando espaços de invasão da rua pela casa (a formação de rodas de “prosistas” postados nas calçadas da Fortaleza de outrora seria uma dessas expressões) e criando espaços contíguos que significam a ruptura dessa divisão com a consolidação de um espaço de convivência temporária, no qual a oposição rua-

(20) Como exemplo pode-se citar a matriz da Caixa Econômica Federal e os prédios do Grupo C. Rolim, na rua Conde D'Eu, a matriz do Banco do Nordeste do Brasil, na rua Barão do Rio Branco, o Banco Central, na avenida Duque de Caxias, dentre outros.

casa deixa de existir (as festas carnavalescas ocorridas na Fortaleza de outrora são exemplos marcantes).

Sua consideração, interessante e rica, só não vai apreender o processo de constituição do mundo da mercadoria, indicado teoricamente como imposição do valor de troca e do valor de uso à apropriação. Valor de troca que vai definir as relações ocorridas entre as pessoas, em função do que HELLER (1986) chama de consubstanciação de uma necessidade máxima e única: o ter. O ficar, o parar na rua, significando a transformação da rua em “locus” do encontro e da festa, perde em intensidade para o que CARLOS (1992(a)) denomina de invasão da rua pelo mercado.

A consolidação do mundo da mercadoria leva à diminuição das formas de uso voltadas para o encontro e a festa, ocorrendo o fortalecimento de um tipo de uso que objetiva a apropriação do espaço público para a troca. O comércio ambulante é exemplo deste processo ao ocupar os logradouros públicos do Centro da cidade de Fortaleza, visando sua reprodução enquanto atividade e dos que nela se inserem. Em suma, o outrora público torna-se privado, daí falar-se de apropriação privada do espaço público.

Neste processo resta lembrar que o Estado vai adquirir um papel importantíssimo, pois, conforme sua razão ordenadora ele interfere, através do planejamento urbano, na produção do espaço. Tal intervenção visa a criação de condições propícias para sua reprodução, produzindo seu próprio espaço, através da integração e/ou devastação de espaços antigos. Mas, ao falar-se da utilização do espaço enquanto instrumento privilegiado na intervenção do Estado não se deve esquecer que a proposição de LEFEBVRE, em considerar a produção do espaço, não o contempla como passivo e inerte, por ser o espaço produzido “(...) também produtor; instrumento e não continente (que contém) (...) indiferente ao conteúdo” (Lefebvre, 1985).

O espaço denotaria a produção da existência do homem ao ser produzido “(...) enquanto espaço

de produção, de circulação, da troca, do consumo, enfim de vida” (Carlos, 1986 p.37). Portanto, a consideração do processo de (re)produção espacial, que engloba o processo de realização e acumulação do capital e o desenvolvimento da vida humana, é imprescindível na análise da intervenção do Estado em relação à apropriação privada do espaço público pelo comércio ambulante.

Tal intervenção visará a regulamentação, com a conseqüente fixação do comércio ambulante no Centro. Por ser um dado marcante, no que se refere à prática do Estado, a análise da consubstanciação do comércio ambulante no Centro da Cidade de Fortaleza encontra-se no paradoxo: comércio ambulante fixado. Fixado não para resolver as contradições espaciais, mas para “impor” a racionalidade do Estado – o espaço da circulação.

No caso do Centro da Cidade de Fortaleza, em linhas gerais, os interesses privados relacionam-se aos anseios de dois grupos: o dos empresários estabelecidos e o dos comerciantes ambulantes.

No primeiro grupo, encontramos os empresários do terciário: comerciantes atacadistas, comerciantes varejistas e empresários ligados a atividades turísticas. Os comerciantes atacadistas beneficiam-se com o exercício da atividade do comércio ambulante no Centro, haja vista, tratar-se de consumidor de seus produtos. A maioria dos comerciantes varejistas,²¹ e que têm o Clube dos Diretores Lojistas de Fortaleza (CDL-For) como depositário de seus interesses, questiona o tipo de uso do espaço público implementado pelo comércio ambulante, opondo-se ao desenvolvimento desta atividade no Centro, por causa da dita “concorrência desleal”,²²

(21) Falo maioria, pois existem donos de lojas que permitem a permanência dos comerciantes ambulantes nas calçadas – junto às colunas – de suas lojas, graças a cobrança de uma taxa ou como extensão de sua loja ao vender seus produtos.

(22) Os comerciantes varejistas consideram uma “concorrência desleal” por não estarem os comerciantes ambulantes sujeitos a nenhum encargo social. O que, segundo aqueles, possibilita a venda de produtos a menores preços.

do “enfeimento da cidade” e da dificuldade criada ao fluxo de pedestres nas ruas do Centro. Os empresários ligados a atividades turísticas também questionam esse tipo de uso por considerá-lo como “co-participante” da deterioração do patrimônio histórico do Centro.

No segundo grupo, encontramos comerciantes ambulantes que embora se diferenciem entre si,²³ têm sua reprodução atrelada à possibilidade de apropriação privada do espaço público como condição para sua reprodução e da atividade, fato gerador de problemas para o comércio estabelecido devido ao preço dos produtos vendidos e a consequente absorção de parcela substancial de seus consumidores em potencial, bem como as dificuldades criadas ao livre fluxo de transeuntes no Centro.

Os empresários do terciário (comerciantes atacadistas, comerciantes varejistas e empresários ligados a atividades turísticas) e os comerciantes ambulantes (os comerciantes ambulantes cadastrados e não cadastrados, os comerciantes ambulantes proprietários ou não de pontos, os comerciantes ambulantes fornecedores ou comissionados e os “quengueiros”) personificam os interesses privados no Centro, ao denotarem expectativas locais e diferenciadas quanto ao uso do espaço público.

A intervenção da Prefeitura Municipal no bojo desses embates dá-se redefinindo o uso do espaço público no Centro da Cidade, a partir da tentativa de regulamentação das áreas de uso para o comércio ambulante, tentativa esta que não se dá de uma forma homogênea, pois aponta características diferenciadas na atuação das administrações públicas da prefeitura.

No caso de Fortaleza, pode-se perceber claramente esta diferenciação, ao trabalhar-se com dois grandes movimentos. O correspondente à tentativa de modernização do Centro e o correspondente à tentativa de revitalização da área central. Ambos expressando, em linhas gerais, o processo de reprodução do Centro da Cidade de Fortaleza, o qual caminha no sentido de torná-lo concentrador de consumidores. Mas quais consumidores? os “no-

vos” consumidores da classe de menor poder aquisitivo ou os antigos consumidores e usuários do Centro? A transformação do Centro em local de consumo dá-se, conforme vimos, com a incorporação dos usuários da classe de menor poder aquisitivo e diminuição substancial dos usuários da classe de renda alta e média alta. Portanto, a proposta de análise da delimitação da atividade do comércio ambulante no Centro, dá-se ao considerá-lo como determinado e determinante do processo de reprodução espacial: constituição do espaço do capital e do desenvolvimento da vida humana. Tais políticas são adotadas nas e pelas gestões municipais e visam a modernização ou revitalização da área central de Fortaleza, no sentido de retomá-la à elite fortalezense.

O primeiro momento será denominado a primeira onda e versará sobre as tentativas do poder público municipal em modernizar o Centro, com a construção de calçadas, reformas de praças e incentivo à reforma das fachadas das lojas existentes, segundo um design avançado. Tal intento exprime um processo de incorporação das formas antigas existentes no Centro a um novo padrão de acumu-

(23) Tais diferenciações dão-se: 1. quanto a posse ou não de um ponto numa determinada parcela do espaço público, neste caso os que não são donos de pontos só poderão exercer suas atividades caso comprem o ponto, aluguem ou simplesmente trabalhem para o proprietário; 2. quanto a situação de regularização ou não perante a prefeitura, fato que leva à criação da categoria de comerciantes ambulantes cadastrados e não cadastrados, sendo os primeiros aqueles que têm direito a permanecerem em dadas áreas do centro, estando portanto, livres da perseguição do “Rapa”; 3. quanto a propriedade ou não dos produtos comercializados, dado que nos leva a perceber uma distinção entre comerciantes ambulantes fornecedores e comissionados, sendo os primeiros aqueles que dispõem da mercadoria e cedem-na aos segundos, os quais percebem na venda o equivalente a 20% do volume negociado e; 4. os quengueiros, comerciantes ambulantes não cadastrados e nem comissionados que percebem, ao ajudar os ambulantes cadastrados, o equivalente à especulação sobre o preço real dos produtos – na venda.

lação, daí falar-se no remendo feito para ocultar traços do passado, como resultado da concorrência empreendida por áreas mais modernas, sendo o Shopping Center a expressão máxima.

O segundo momento será denominado de segunda onda e cuidará das tentativas da Prefeitura Municipal de Fortaleza em retomar a hegemonia da área central, implementando políticas de urbanização que tentam diferenciar a área central em relação às outras áreas de consumo, trabalhando para isto, com a reconstrução do passado glorioso do Centro através de intervenções no nível da forma. Ao contrário do momento anterior, ao invés de escamotear as formas antigas, passa-se à tentativa de reconstituição do Centro segundo seu período áureo. Para isso são reformadas as praças e é lançado um apelo aos lojistas no sentido de adotarem a mesma postura no que se refere às fachadas das lojas. Trata-se do momento da construção de simulacros, capazes de transcender o Centro enquanto objeto de consumo, pois, com a reforma do Centro, vende-se a imagem do Centro, com a apresentação de sua caracterização enquanto Centro Histórico, a partir da reforma das fachadas das lojas e antigos casarões remontando às suas características arquitetônicas, ficando o seu interior completamente alterado segundo as necessidades do novo padrão de acumulação do Centro.

Fala-se de onda para retratar a dinâmica desses momentos que vão e voltam, adquirindo em dados períodos a hegemonia de um em relação ao outro. É considerando tal característica, que se remete à primeira onda, registrada no final dos anos 70 a início dos anos 80; a um período de transição, correspondendo ao interstício entre início e final dos anos 80 e à segunda onda, percebida a partir do final dos anos 80. Tal divisão periódica viabilizará apreender o processo de ampliação ou redução da área ocupada pelo comércio ambulante e a modificação das suas características quanto à mobilidade e às formas de apropriação do espaço público, modificações que representarão, respectivamente, o fortalecimento do comércio ambulante fixado e o

surgimento de ambulantes que passam à apropriação privada – via aluguel – do espaço privado.

O outro lado da moeda, a redução do número de comerciantes ambulantes não-cadastrados a permanecer no Centro, resulta da eficácia da estratégia de fiscalização implementada pelo Departamento do Comércio Ambulante. Expressão desta redução é a diminuição das apreensões de mercadorias, que, conforme a Diretora do Departamento do Comércio Ambulante, Fernanda Veras, acontece devido “a intensificação da fiscalização do comércio ambulante, que conta com cerca de 200 homens”. Portanto, número mais do que suficiente para disciplinar o comércio ambulante no Centro e, conseqüentemente, atender a esta condição básica para continuidade da política de revitalização através da implantação do Projeto Shopping Centro.

No que tange ao Projeto citado, tem-se a adoção de projetos de urbanização complementares, visando a descentralização dos terminais de ônibus, além de pensarem até em “reabilitação do Centro”.

A descentralização dos terminais de ônibus é buscada com o início da implantação do Sistema Integrado de Ônibus. Com a construção de terminais de ônibus em bairros como Papiquí, Messejana, Parangaba, Antônio Bezerra e Posto Carioca, e sua interligação através das Linhas Circulares, inicia-se a substituição do sistema de transporte coletivo baseado em estrutura viária radiocêntrica. O objetivo de tal sistema é o de amenizar a situação do Centro enquanto área de transbordo de passageiros. Se antes da implantação deste sistema o deslocamento de pessoas de um bairro da cidade para o outro teria que dar-se pelo Centro, com sua conclusão, certamente não existirá mais a necessidade de passarem pelo Centro, o que levará à redução do número de prováveis compradores do comércio ambulante e, inclusive, o Departamento do Comércio Ambulante já foi requisitado e atua nos terminais já construídos, no sentido de coibir sua apropriação pelo comércio ambulante.

A intenção de reabitar o Centro passa, também, pela problemática relativa à destinação so-

cial pretendida. Para tanto, lança-se mão de propostas de repovoamento de área próxima ao Poço da Draga, visando gerar fluxo de pessoas – moradores – para utilizarem-se da infra-estrutura existente no Centro.

Dentro dessa perspectiva – redefinição do uso do solo urbano no Centro – os empresários, além de apoiarem e financiarem o Projeto Shopping Centro, começam a instalar infra-estrutura de comércio e serviço para o atendimento de uma clientela diferente daquela que é hegemônica no Centro. A Mac Donald (lancheteria), O Boticário (perfumaria) e as lojas de confecções com grife famosa como: Packway, Oboé e Bunnys, estabelecendo-se no Centro, representam pois, a instalação dessa infra-estrutura de comércio e serviços para uma clientela da classe média e quiçá da classe média-alta, alta e dos turistas. As duas últimas lojas – Oboé e Bunnys – incorporam a tal ponto o projeto de revitalização que reconstituem a fachada dos prédios onde exercem suas atividades.

A chamada revitalização quer reinserir os consumidores citados ao cotidiano do Centro. Este fato é entendido pelo poder municipal e defensores desse projeto – empresários e comerciantes ambulantes cadastrados –, como melhoria no uso do espaço público do Centro da cidade de Fortaleza.

Com o projeto de revitalização conseguiu normatizar a níveis nunca vistos o comércio ambulante. Há a diminuição do número de comerciantes ambulantes no Centro e a redução da área por eles ocupada, fundando-se a hegemonia do comércio ambulante fixado. A ampliação do Centro de Pequenos Negócios (concluída em 1995) e o remanejamento temporário dos comerciantes ambulantes do Feirão Popular para a praça José de Alencar enquanto contrói-se, naquele local, um mercado público para comercializarem, é um exemplo da priorização desta prática.

O comércio ambulante fixado, via de regra, é o resultado da inserção do comércio ambulante ao modelo de cidade baseado no formalismo e no funcionalismo. O desenvolvimento de sua atividade

passa a ser admitido pelo Poder Público Municipal ao não trazer, como outrora, problemas ao livre fluxo de transeuntes que deslocam-se pelas ruas e praças do Centro. Demonstra-se, através desta intervenção, a priorização do espaço da circulação, o qual leva à mudança de natureza do comércio ambulante, tanto no que se refere à situação de ilegalidade, quanto à forma de apropriação do solo urbano do Centro. Com o cadastramento e fixação, a legalidade está posta, existindo somente algumas exceções a esta regra: os comerciantes ambulantes não-cadastrados e, portanto, fora dessa política da Prefeitura.

Com a criação de áreas construídas para o exercício do comércio ambulante, aponta-se o direcionamento da ocupação do espaço público pelo comércio ambulante no Centro, segundo diretrizes da Prefeitura e a assimilação da política de fixação por particulares, que passam a alugar terrenos no Centro para os comerciantes ambulantes não-cadastrados, denotando-se a passagem de uma apropriação privada do espaço público, para uma apropriação privada, via aluguel, de espaço privado.

As alterações na paisagem urbana²⁴ apontam essas modificações. Explicitam-se os contrastes entre os tipos e diversidade de uso do espaço público, bem como o movimento da vida, ao apreender o processo de constituição da cidade moderna que aponta à sua transformação em “locus” de consumo e de seu consumo enquanto imagem, portanto, gerador de fluxos e refluxos de pessoas na área central – fluxos e refluxos determinantes e determinados da atividade do comércio ambulante e de outros tipos de uso presentes no Centro.

(24) Paisagem urbana não atrelada à concepção tradicional de paisagem que reduz-se à aparência, ao perceptível, à realidade dada e sobre o qual se deve intuir, mas como humana, histórica e social, que existe e justifica-se pelo trabalho da sociedade. Logo materialização do trabalho humano que vai expressar um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, pode-se concluir que a paisagem está prenhe de construções com tempos históricos diferenciados e que não vivem sem conflito.

No que tange ao comércio ambulante, a modificação de suas características pode ser apreendida quando analisa-se a materialização das formas e dos fluxos encontrados na área central de Fortaleza. Surgem formas criadas pela Prefeitura, para o exercício do comércio ambulante e formas construídas por particulares, que as alugam para os comerciantes ambulantes, além da substituição de uma distribuição espacial do comércio ambulante concentrada nos cruzamentos das ruas e nos terminais de ônibus, por uma distribuição simétrica destes comerciantes no Centro. Também há a alteração na diversidade de cores e tons resultante da diversidade de materiais utilizados na construção das barracas e tabuleiros – papelão, madeira, chapas de ferro, plásticos ... – e da indumentária utilizada pelos comerciantes ambulantes, levando à predominância do cinza do box pré-moldado (de alvenaria), do verde da barraca padronizada de madeira, do prata dos carrinhos de lanche (lataria) e principalmente do amarelo, verde e branco das batatas utilizadas pelos comerciantes ambulantes cadastrados.

A presença dessas novas formas são o sustentáculo do facilitamento do fluxo de transeuntes na área central, os quais não têm mais, como outrora, de compartilhar e disputar as calçadas e praças com o comércio ambulante.

Ademais, não se pode esquecer do controle exercido pela Prefeitura em relação ao número de comerciantes a estabelecerem-se no Centro. Se nos anos 80 falava-se em 5.000 – 10.000 comerciantes ambulantes na área central, atualmente só são admitidos e aceitos 2.483.

Ao traçar-se um paralelo entre o andar no Centro nos anos 80 e o andar no Centro nos anos 90 ter-se-á a expressão dessa modificação. Nos anos 80, o transeunte no seu ir e vir deparava-se a todo momento com os comerciantes ambulantes e seus equipamentos, tendo muitas vezes de modificar seu trajeto. Por conta disto, o comércio ambulante era percebido e sentido através de suas formas, cores e sons, que poderiam causar satisfação ou indigna-

ção aos usuários da área central. Já nos anos 90, esse quadro modifica-se, e o comércio ambulante não é facilmente percebido e sentido no Centro, devido a disciplinarização e ordenamento posto em prática pela Prefeitura. Aos desavisados e não interessados na busca desse comércio, pode-se ter até a leve impressão da sua não existência na área central, devido a não se deparar mais, como antigamente, com os comerciantes ambulantes e seus equipamentos, sendo suas formas, cores e sons menos visíveis aos não interessados ou desconhecidos do processo de normatização ocorrido no Centro da cidade de Fortaleza.

Entretanto, a normatização não implica no controle total do tipo de uso característico do exercício do comércio ambulante. Existem comerciantes ambulantes que continuam a ocupar áreas consideradas impróprias pela Prefeitura, graças a adoção de uma série de estratégias capazes de burlar a fiscalização ostensiva. São os comerciantes ambulantes que expõem seus produtos nas colunas das portas de entrada de determinadas lojas (pagando ao proprietário para isso) e determinados comerciantes ambulantes cadastrados e os comerciantes ambulantes não-cadastrados que, aproveitando-se dos “furos” na fiscalização, ocupam áreas ditas impróprias pela Prefeitura, nos horários fora da jornada de trabalho dos fiscais – hora do almoço, fim do expediente, feriados, fins de semana.

A preocupação não é a de explicar e/ou justificar o aumento ou diminuição do número de comerciantes ambulantes e da área ocupada por eles no Centro, mas o de apreender esse processo a partir do entendimento da constituição do Centro da cidade, constituição esta, relacionada ao fenômeno de crescimento urbano que delineará uma redefinição da relação do Centro com as demais áreas da cidade – periferia e novos centros.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Aluísio de (1973) *O Cortiço*, São Paulo, Ática.
- BARROS, Nilson Crocchia de (1987) *O Pequeno Comércio no Interior do Nordeste do Brasil: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande*, São Paulo, Tese de Doutorado em Geografia, USP/FFLCH.
- BRAUDEL, Fernand (1985) *Os Jogos das Trocas*, Tomo II, Edições Cosmo, Lisboa/Rio de Janeiro.
- CAMINHA, Adolfo (1973) *A Normalista*, São Paulo, Ática.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (1986) *A (Re)produção do Espaço Urbano*, SP, Doutorado em Geografia, USP/FFLCH.
- _____. (1992(a)) *A Rua: a especialidade, o cotidiano e o poder*, Julho (mimeo.).
- _____. (1992(b)) *A. Cidade*, São Paulo, Contexto.
- CHAUÍ, Marilena (1989) *Conformismo e Resistência*, São Paulo, Brasiliense.
- COSTA, Elizabeth Goldfarb. (1989) *Anel, Cordão, Perfume Barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*, São Paulo, Nova Stella/EDUSP.
- DAMATTA, Roberto (1987) *A Casa e a Rua*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (1995) *Comércio Ambulante no Centro da Cidade de Fortaleza/Ce(1975 a 1995)*, São Paulo, Dissertação de Mestrado em Geografia, USP/FFLCH (mimeo.).
- _____. (1995) *Ambigüidades do Comércio Ambulante no Centro das Cidades*, In: *Anais do 4º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Fortaleza, AGB/NUTEC.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio (1988) *Ver a Cidade*, São Paulo, Nobel.
- GIRÃO, Raimundo (1979) *Geografia Estética de Fortaleza*, Fortaleza, BNB.
- GRANOU, André (1973) *Capitalismo e Modo de Vida*, Porto, Edições Afrontamento.
- HELLER, Agnes (1986) *Teoria de la Necesidad en Marx*, Barcelona, Ediciones Península.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota (1993) *Verso e Reverso do Perfil Urbano do Recife e de Fortaleza (1945-1960)*, São Paulo, USP/Deptº. História/FFLCH.
- KOTHE, F. (1985) (org.) *Walter Benjamin*, São Paulo, Ática.
- LEFEBVRE, Henri (1976) *Espacio y Política*, Barcelona, Ediciones Península.
- _____. (1978) *De L'Etat: les contradictions de l'Etat moderne*, Tomo IV, Paris, Union Générale d'Éditions.
- _____. (1986) *La Production de l'Espace*, Paris, Éditions Anthropos.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora (1991) *As Razões de Uma Cidade*, Fortaleza, Stylos Comunicações.
- LINHARES, Paulo (1992) *Cidade de Água e Sal*, Fortaleza, Editora Fundação Demócrito Rocha.
- MOURÃO, Fernando Augusto A. (1976) *Do Cento Histórico ao Ponto de Encontro*, In: *Cadernos de Geografia Urbana*, nº 16, São Paulo, USP/Inst. De Geografia.
- NOGUEIRA, João (1980) *Fortaleza Velha*, Fortaleza, Edições UFC/PMF.
- O POVO, Jornal, (1926 a 1995) *Reportagens*.
- PONTE, Sebastião Rogério (1993) *Fortaleza Belle Époque*, Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda.
- SANTOS, Milton (1979) *O Espaço Dividido*, Rio de Janeiro, F. Alves.
- _____. (1991) *Flexibilidade Tropical*, In: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, nº 38, out/nov, São Paulo.
- SILVA, José Borzacchiello da (1992) *Os Incomodados Não se Retiram*, Fortaleza, Multigraf Editora.
- SOTO, Hermano de (1987) *Economia Subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro, Globo.
- SOUZA, Emanuel Bandeira (1984) *Nos Porões dos Arrecifes: o trabalho autônomo no comércio de confecções da cidade de Recife*, Recife, Dissertação de Mestrado em Sociologia, PIME/UFPE/CFCH.
- SOUZA, Maria Salete de (1978) *Fortaleza: uma análise da estrutura urbana*, In: *Guia de Excursão do III Encontro Nacional de Geógrafos*, Fortaleza, AGB/DN.

RÉSUMÉ

En utilisant comme substratum l'étude de cas de Fortaleza/Ceará/ Brésil, le présent travail va réfléchir sur le sujet commerce ambulant dans le centre ville des pays sous-développés.

On prendra comme départ le traitement des aspects relatifs à l'analyse de la ville, de l'urbain et de la relation État-espace comme perspectives qui, ajoute aux aspects économiques, politiques, culturels et idéologiques, donneront une compréhension plus approfondie de la problématique. Compte tenu de cette démarche le commerce ambulant sera considéré en tant que résultant de la loi du développement inégal du capital et comme tel, ayant un rôle important dans la réalisation de la ville et de l'urbain

et, pourtant, il représente le processus de transformation de la ville, particulièrement de centre, en lieu de consommation privilégié de la classe à faible revenu de la société locale. Et, en dernier, ce type de commerce constitue une utilisation spécifique basée sur l'appropriation privée de l'espace public qui résulte à la fois de l'intervention de l'État sur l'espace et de la capacité du commerçant ambulant à résister à cette pratique, dont le but est d'imposer une rationalité, celle de l'identique et du réoétitif, par la normatisation de l'espace public envisageant le contrôle et la fiscalisation de tout les espaces.